



ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

PORTARIA GABAER Nº 344/GC4, DE 5 DE AGOSTO DE 2022.

Fixa diretriz e delega competência para autorizar a celebração e a prorrogação de contratos administrativos de custeio e dá outras providências.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe conferem o inciso XIV e o § 1º, ambos do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, na Portaria GM-MD nº 2.798, de 16 de maio de 2022, as peculiaridades da Estrutura Organizacional deste Comando e o que consta do Processo nº 67800.000944/2022-56, resolve:

Art. 1º A celebração de novos contratos administrativos e a prorrogação de contratos em vigor, relativos a atividades de custeio, deverão obedecer ao disposto nesta Portaria.

§ 1º As contratações relativas a atividades de custeio devem ser entendidas como aquelas contratações diretamente relacionadas às atividades comuns a todos os órgãos e entidades que apoiam o desempenho de suas atividades institucionais, tais como:

I - fornecimento de combustíveis, energia elétrica, água, esgoto e serviços de telecomunicação;

II - atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações;

III - realizações de congressos e eventos, serviços de publicidade, serviços gráficos e editoriais;

IV - aquisição, locação e reforma de imóveis; e

V - aquisição, manutenção e locação de veículos, máquinas e equipamentos.

§ 2º O enquadramento do objeto da contratação como atividade de custeio deve considerar a natureza das atividades contratadas, conforme disposto no § 1º deste artigo e não a classificação orçamentária da despesa.

Art. 2º A celebração de novos contratos administrativos e a prorrogação de contratos em vigor, relativos a atividades de custeio, cujos valores sejam iguais ou superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) serão autorizados pelo Comandante da Aeronáutica.

§ 1º Fica delegada competência aos Dirigentes Máximos dos Órgãos de Direção-Geral, Setorial, de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica e da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica para, no âmbito de sua atuação, autorizar a celebração

de novos contratos administrativos e a prorrogação dos contratos em vigor com valores inferiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) relativos a atividades de custeio.

§ 2º As autoridades descritas no § 1º deste artigo poderão subdelegar a competência aos Dirigentes Máximos de Unidades Gestoras Executoras (UGEXEC), de Unidades Gestoras Credoras (UGCRED) e ao Vice-Chefe do GABAER, nos contratos com valores iguais ou inferiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais).

§ 3º Para a efetivação das autorizações previstas neste artigo, as solicitações das Organizações subordinadas e/ou apoiadas deverão ser encaminhadas aos respectivos órgãos superiores, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data da celebração ou da prorrogação do contrato.

§ 4º É vedada a subdelegação de competência pelas autoridades de que trata o § 2º do presente artigo.

Art. 3º Nas contratações decorrentes da utilização de Ata de Registro de Preços, independentemente de se tratar de ata elaborada pelo próprio órgão ou à qual tenha aderido, cada contrato deverá, isoladamente, ser precedido de autorização da autoridade correspondente, conforme as competências definidas no art. 2º.

Art. 4º O pedido de autorização às autoridades elencadas no art. 2º para a celebração de novos contratos administrativos ou para a prorrogação dos que se encontrarem em vigor deverá ser enviado pela Unidade Gestora solicitante ao Órgão de Direção-Geral ou Setorial ao qual estiver subordinada e ser instruído, no mínimo, de:

I - ficha para Autorização de Contratação ou para a Prorrogação de Contrato, constante no Manual Eletrônico de Contratações Públicas do Comando da Aeronáutica do RADA-e (Manual I);

II - cópia da manifestação do órgão jurídico setorial da Advocacia-Geral da União ou manifestação jurídica referencial, esta última acompanhada do atestado de conformidade do processo, consoante Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014; e

III - parecer técnico detalhado e fundamentado, assinado pelo Ordenador de Despesas e aprovado pelo Dirigente Máximo do órgão contratante, contendo, pelo menos:

- a) justificativa da necessidade da contratação;
- b) elucidação de eventuais pendências em sede de fiscalização e auditoria; e
- c) abordagem sobre os recursos orçamentários.

§ 1º O Órgão de Direção-Geral ou Setorial que receber de suas Unidades Gestoras subordinadas solicitação de autorização para celebração ou prorrogação de contrato administrativo, cujo valor seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais), efetuará despacho de encaminhamento ao Gabinete do Comandante da Aeronáutica, com a manifestação quanto à conveniência e à oportunidade da despesa pública, no que tange ao alinhamento às necessidades institucionais e à contribuição para o alcance das metas organizacionais estipuladas no seu Plano Setorial.

§ 2º Os pedidos de autorização para celebração de novos contratos administrativos ou para a prorrogação daqueles que se encontrarem em vigor, de valores inferiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) serão analisados pelos Órgãos de Direção-Geral ou Setorial.

§ 3º A análise constante do § 2º deste artigo será realizada quanto à conveniência e à oportunidade da despesa pública, no que tange ao alinhamento às necessidades institucionais e à contribuição para o alcance das metas organizacionais estipuladas em Plano Setorial.

Art. 5º A celebração de contratos de locação de imóveis e a prorrogação de contratos de locação de imóveis em vigor, com valores iguais ou superiores a R\$ 10.000,00 (dez mil Reais) por mês, deverá ser autorizada pelo Comandante da Aeronáutica, vedada a delegação de competência.

Art. 6º No caso de prorrogação contratual, a autoridade responsável para autorização será definida de acordo com o valor constante do termo aditivo que se pretende aprovar, conforme as competências estabelecidas nos art. 2º e 5º da presente Portaria.

Art. 7º As autorizações para celebrar ou prorrogar os contratos de que tratam a presente Portaria constituem ato de governança e estão relacionados à avaliação sobre a conveniência da despesa pública, não implicando, portanto, a ratificação ou validação dos atos que compõem o processo de contratação.

§ 1º É responsabilidade dos Ordenadores de Despesas e das unidades jurídicas dos respectivos órgãos e entidades, de acordo com suas competências legais, a análise técnica e jurídica do procedimento.

Art. 8º Revoga-se a Portaria nº 506/GC4, de 23 de abril 2020, publicada no BCA nº 72, de 29 de abril de 2020.

Art. 9º Esta Portaria entrará em vigor no dia 1º de setembro de 2022.

Ten Brig Ar CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR
Comandante da Aeronáutica